PREFEITURA MUNICIPAL DE Administração 2017-2020 CARNEIRINHO MINAS GERAIS



4

MENSAGEM N°005/20

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para apreciação dessa Egrégia Casa o Projeto de Lei Complementar nº005/20, que "Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar nº 70/2.018, do Município de Carneirinho e dá outras providências".

O Município de Carneirinho, através do Concurso Público nº 02/2.019 deu posse aos aprovados na data de 03/02/2.020, passando a oferecer todos os serviços públicos através de empregados públicos efetivos do seu quadro de pessoal, atendendo assim, ao antigo anseio desta comunidade e dando cumprimento ao TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, que desde 2008 se arrastava pela Judiciário e Ministério Público desta Comarca.

Por ser assim, desde os procedimentos preparatórios para o referido concurso público, iniciados em 2.018, até a posse ocorrida neste último mês de fevereiro de 2.020, decorreramse quase 02 (dois) anos e a demanda da comunidade local no que se refere ao atendimento de saúde, clama pela contratação de mais empregados públicos.

Para que não haja aumento da despesa com gastos com pessoal, foram extintos os empregos públicos que menciona, gerando assim uma compensação financeira, com os empregos públicos criados.

Por todo exposto, o presente Projeto de Lei visa atender as necessidades básicas da população no que se refere à prestação de serviços de saúde e daí ser de grande importância e relevância, motivo pelo qual esperamos que os nobres edis o apreciassem com urgência, urgentíssima.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 13 de março de 2020.

Cássio Rosa de Assunção Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°005/2020

Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar nº 70/2.018 do Município de Carneirinho e dá outras providências.

Cássio Rosa de Assunção, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art, 1º – Ficam abertas as vagas constantes do Anexo I, desta Lei, no quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Carneinho, incluindo-as na Lei Complementar nº 070, de 19 de novembro de 2.018.

Art. 2° - Ficam excluídas do quadro de pessoal permanente da Prefeitura Municipal de Carneirinho as vagas dos empregos públicos efetivos constantes do Anexo II, desta Lei, excluindo-as do Anexo VIII da Lei Complementar n° 070, de 19 de novembro de 2.018.

Art. 3° - O Anexo VIII da Lei Complementar n° 070, de 19 de novembro de 2.018 será substituído pelo Anexo III, desta Lei.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 070/2018.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 13 de março de 2.020.

Cássio Rosa de Assunção Prefeito Municipal ACC'

		ANEXO I				
	ANEXO IV - QUADRO	DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO (LC N°70/2018)			
	TAI	BELA II - CARGOS DA GESTÃO DE SAÚDE				
CLASSE	REQUISITO	DENOMINAÇÃO	CARGA HORARIA	N° DE CARGOS	NÍVEL SALARIAL	VENCIMENTOS
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE II L	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	TÉCNICO EM RADIOLOGIA I	24HS	02	L101	2.232,65
	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40HS	03	L1 01	2.232,65
SUPERVISOR SAÚDE I	CURSO SUPERIOR E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETERNTE	ENFERMEIRO I	30HS	01	N101	3.163,98

1



	ANEXO II								
	ANEXO VIII - QUADR	O DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO (LC N°70/2018)						
TABELA II - CARGOS DA GESTÃO DE SAÚDE									
CLASSE	REQUISITO	DENOMINAÇÃO	CARGA HORARIA	N° DE CARGOS	NÍVEL SALARIAL	VENCIMENTOS			
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE I	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM		14	F101	1.276,36			
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE II L	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	TÉCNICO EM RADIOLOGIA		01	L101	2.232,65			



BB

ANEXO III

ANEXO VIII - QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO (Lei Compl.nº070/18)

TABELA I - CARGOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CLASSE	REQUISITO	DENOMINAÇÃO	CARGA HORARIA	N° CARGOS	NÍVEL SALARIAL	VALOR INICIAL
		- ATENDENTE/RECEPCIONISTA		11		
AUXILIAR DE SERVIÇOS		- INSTRUTOR TRABALHOS MANUAIS		01		
ADMINISTRATIVOS	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	- AUXILIAR ADMINISTRATIVO		05	C101	1064,93
С		- AUXILIAR DE BIBLIOTECA		01		
		- INSTRUTOR DE ESPORTES		02		
		- INSTRUTOR DE INFORMÁTICA		04		
AGENTE DE	ENGINO SUNDAMENTAL COMPLETO	- AGENTE ADMINISTRATIVO		19		
ADMINISTRAÇÃO I F	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	- DESENHISTA		01	F101	1.276,36
		- TELEFONISTA		06		
AGENTE DE ADMINISTRALÇÃO II G	ENSINO MÉDIO COMPLETO	- OPERADOR DE MICRO		01	G101	1.340,19
		- AUXILIAR DE TESOURARIA	1	03		
TÉCNICO EM	ENSINO MÉDIO COMPLETO	- AUXILIAR DE CONTABILIDADE		02	11404	1.516,92
ADMINISTRAÇÃO I H		- FISCAL DE OBRAS	40 HS	01	H101	
***		- INSTRUTOR DE ARTES		02		
	ENSINO MÉDIO COMPLETO	- ESCRITURÁRIO		07		
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO II		- TÉCNICO DESPORTIVO		05	1101	1.562,86
ADMINISTRAÇÃO II		- ASSIST. ADMINIST. FAZENDÁRIA		01		1.302,80
		- AUXILIAR DE COMPRAS		01		
	ENSINO MÉDIO COMPLETO/ CURSO TÉCNICO ESPECÍFICO	- ASSISTENTE DE DIRETORIA		03		2.232,65
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO I		- TÉCNICA AGRÍCOLA		06	L101	
L		- TÉCNICO EM CONTABILIDADE		05		
		- TOPÓGRAFO		01		
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO II M	ENSINO MÉDIO COMPLETO/ CURSO TÉCNICO	- ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO		07	M101	2.568,41
		- ANALISTA DE SISTEMAS		01		
		- ARQUITETO		01		
	CURSO SUPERIOR E REGISTRO NO ÓRGÃO	- ASSISTENTE SOCIAL		10	N101	2 162 06
SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO N	COMPETENTE	- ENGENHEIRO AGRÔNOMO		02	MIOI	3.163,98
		- ENGENHEIRO CIVIL		02		
N		- ENGENHEIRO ELETRICISTA	20HS	01		
	CURSO SUPERIOR NA ÁREA DE COMPUTAÇÃO,	- ANALISTA DE SISTEMAS I	4000	02		
	DIREITO, ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS	- FISCAL TRIBUTÁRIO I	40HS	01	N101	3.163,98

000

ANEXO III

ANEXO II - QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO (LC N°70/2018)

TABELA II - CARGOS DA GESTÃO DA SAÚDE

CLASSE	REQUISITO	DENOMINAÇÃO	CARGA HORARIA	N° CARGOS	NÍVEL SALARIAL	VALOR INICIAL
AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE I	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	- ATENDENTE SAÚDE		11	C101	1064,93
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE I F	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	- AGENTE SANITÁRIO - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PSF		17 05 06	F101	1276,36
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE II G	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL COM APROVEITAMENTO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 40HORAS	- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	40 HS	25 12	G101	1.400,00
G	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO + REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE	- AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA	40 HS	03	G101	1.400,00
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE II H	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	- FISCAL SANITÁRIO		05	H101	1.516,92
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE II	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO + REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE	- TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	40 HS	02	1101	1.678,88
TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SAÚDE II L	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	- TÉCNICO DE ENFERMAGEM - TÉCNICO PRÓTESE DENTÁRIA - TÉCNICO RADIOLOGIA		11 01 01	L101	2.232,65
	ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO ESPECÍFICO	- TÉCNICO RADIOLOGIA I	24HS	03	L101	2.232,65
	CURSO SUPERIOR E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	- MÉDICO - MÉDICO VETERINÁRIO - CIRURGIÃO DENTISTA - ENFERMEIRO - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - FISIOTERAPEUTA - PSICÓLOGO		01 04 05 01 03 04	N1 01	3163,98
SUPERVISOR SAÚDE I N		- ENFERMEIRO I - FARMACÊUTICO I	30HS 30HS	06 03	N1 01 N1 01	3163,98
		- FISIOTERAPEUTA I	30HS	03	N1 01 N1 01	3163,98 3163,98
	CURSO SUPERIOR ESPECÍFICO NA ÁREA DE ATUAÇÃO E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	- PSICÓLOGO I	30HS	04	N1 01	3163,98
	CURSO SUPERIOR COMPLETO E ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA E REGULAÇÃO EM SAÚDE NO SUS E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE		20HS	01	N1 01	2998,93

		ANEXO III			
SUPERVISOR SAÚDE II O	CURSO SUPERIOR E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	- ENFERMEIRO PSF	06	0101	4.621,7
SUPERVISOR SAÚDE III P	CURSO SUPERIOR E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	- MÉDICO PSF	05	P101	19.944,6
	ANEXO II - QUADRO DE CAR	GOS DE PROVIMENTO EFETIVO (LC N°70/2018)	•		

	TABELA III - C	ARGOS DA AREA OPERACIONAL				
CLASSE	CLASSE REQUISITO DENOMINAÇÃO		CARGA HORARIA	N° CARGOS	NÍVEL SALARIAL	VALOR
		- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		97		
SERVIÇOS		- AUXILIAR DE SERVIÇOS URBANOS E RURAIS		64		
GERAIS	ESCOLARIDADE ELEMENTAR	- VIGIA		10	A101	1064,9
A		- OPERÁRIO		80		
		-LIXEIRO	40 HS	02		
SERVIÇOS OPERACIONAIS I C	ESCOLARIDADE ELEMENTAR + EXPERIÊNCIA	- SERVENTE DE PEDREIRO		10	C101	1064,9
	ESCOLARIDADE ELEMENTAR + EXPERIÊNCIA E HABILITAÇÃO PARA MOTORISTA	- MOTORISTA		51		
SERVIÇOS OPERACIONAIS II D		- CARPINTEIRO		04	D101	1.085,4
		- JARDINEIRO		08		
		- ELETRICISTA		01		
		- MOTORISTA DE GABINETE		01		
SERVIÇOS OPERACIONAIS III	ESCOLARIDADE ELEMENTAR + EXPERIÊNCIA	- PEDREIRO		20	5404	
F	ESCOLARIDADE ELEMENTAR + EXPERIENCIA	- TRATORISTA		07	F101	1.276,3
		- MECÂNICO		03		
		- COVEIRO	40HS	01		
SERVIÇOS OPERACIONAIS IV G	ESCOLARIDADE ELEMENTAR + CURSO DE CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA	- TRATORISTA		12	G101	1.276,3
SERVIÇOS OPERACIONAIS V H	ESCOLARIDADE ELEMENTAR + CURSO DE CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA	- OPERADOR DE MÁQUINAS		14	H101	1.516,9

He

PREFEITURA MUNICIPAL DE Administração 2017-2020 CARNEIRINHO MINAS GERAIS



DECLARAÇÃO

O Prefeito Cássio Rosa de Assunção, brasileiro, divorciado, agente político, portador do RG. M-8.525.593 SSP/MG e do CPF nº240.031.406-30 residente e domiciliado à Rua Francisco Tiago da Silva, nº1617, bairro Centro, nesta cidade de Carneirinho/MG e o Secretário Municipal de Planejamento Ronaldo de Jesus Longo, brasileiro, divorciado, portador do RG 12.145.528 SSP/MG e CPF 018.830.788-57, residente e domiciliado na Rua Jerônimo Martins Pereira, nº826, centro - Carneirinho/MG, ambos representando o Município de Carneirinho, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº26.042.515/0001-48, com seu centro administrativo localizado na Av. Ambraulino Leandro Barbosa, 284 - centro - Carneirinho/MG, DECLARAM para os devidos fins legais, especialmente nos termos dos incisos I e II, do Art. 16 da Lei Complementar nº101/2000 (LRF), que a criação de empregos públicos e a ampliação de vagas previstos no Projeto de Lei Complementar nº004/20, não acarreta aumento de despesa com pessoal, considerando que também exclui empregos e vagas existentes no quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Carneirinho, razão pela qual deixa de apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Declaram ainda que o mencionado Projeto de Lei tem previsão e adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por ser verdade, firmam a presente.

Carneirinho, 13 de março de 2020.

Cássio Rosa de Assunção Prefeito Municipal

Ronaldo de Jesus Longo

Secretário Municipal de Planejamento

5/2020

Câmara Municipal de Carneirinho

Estado de Minas Gerais Ofício nº029/2020/GP-PM

Interna

00041-005/2020

Abertura:

19-03-2020 11:44

Previsão saída:

02-04-2020 11:44

SOLICITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO.

ENDEREÇO:

AV. AMBRAULINO LEANDRO BARBOSA, 284, CENTRO, CARNEIRINHO, MG, 38290-000

CGC/CPF:

26042515000148

C.I.:

Observação:

60-PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO.

Protocolado por:

JANÉ BORGES ALMEIDA 01/01/- Corpo Legislativo

Exercicio 2020

República Federativa do Brasil

Página:

única

Câmara Municipal de Carneirinho

Estado de Minas Gerais Ofício nº029/2020/GP-PM

Interna

00041-005/2020

Abertura:

19-03-2020 11:44

Previsão saída:

02-04-2020 11:44

Protocolado por:

JANE BORGES ALMEIDA 01.01 - Corpo Legislativo

xercicio

República Federativa do Brasil

Página:

única



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR №005/2020

EMENTA

Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar n° 70/2.018 do Município de Carneirinho e dá outras providências.

	EXTINÇÃO DE CARGOS			criação de cargos			
14	R\$	1.276,36	R\$ 17.869,04	5	2236,65	R\$ 11.183,25	
1	R\$	2.232,65	R\$ 2.232,65	1		R\$ 3.163,98	
	total		R\$ 20.101,69			R\$ 14.347,23	
	impacto negativo					R\$ 5.754,46	

ADJANE LUIZA DE QUEIROZ - DIRETORA DE SECRETARIA

SIRVALDO SOCORRO DE TOLEDO - LÍDER DO PREFEITO



CNPJ 26.042.572/0001-27



PARECER JURÍDICO

Referência: PROJETO DE LEI

COMPLEMENTAR Nº 005/2020 **Autoria:** Poder Executivo

Ementa: "Dispõe sobre abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar n. 70/2.018 do Município de Carneirinho e dá

outras providências".

I - RELATÓRIO

Foi encaminhada a Assessoria Jurídica desta Casa, para emissão de parecer sobre o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2020 de autoria do Poder Executivo que Dispõe sobre abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar n. 70/2.018 do Município de Carneirinho e dá outras providências.

II - CONSIDERAÇÕES DE DIREITO

2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República e no artigo 65, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

Observa-se, outrossim, que a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 65, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 65. São de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica fundacional, e fixação ou aumento de remuneração dos servidores; (...)

Feitas estas considerações, não há vícios de iniciativa e competência no projeto de lei complementar em comento.

2.2. Dos Anexos Fiscais

Como é cediço, a Constituição da República de 1988, no caput do art. 169, estabelece de forma expressa que "a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar."

A Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, no inciso III do art. 19 e no inciso III do art. 20,



CNPJ 26.042.572/0001-27



estabelece os limites de gastos com pessoal para os municípios brasileiros em 60%, dos quais 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.

Com efeito, o art. 15 da Lei Complementar nº 101, de 2000, é bastante categórico ao estabelecer, ipsis litteris:

Art. 15 - Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17."

Como a despesa com pessoal decorrente da criação de cargos é considerada despesa corrente de caráter continuado, uma vez que vigorará por mais de dois exercícios, necessário se faz observar as regras inscritas no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece, in verbis:

- Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- § 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
- § 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
- § 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- § 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

(...).

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de



CNPJ 26.042.572/0001-27



remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

(...)".

Assim, os Projetos de Leis que criam ou ampliam despesas com pessoal deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, com a indicação da fonte de custeio, a comprovação de que a criação ou o aumento da despesa não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO, e as medidas de compensação com o aumento da receita ou diminuição da despesa de forma permanente, conforme orientação do TCEMG nos autos da Consulta nº 885.888.

Nesse sentido o Executivo Municipal encaminhou juntamente com o projeto de lei complementar ora analisado, <u>apenas uma declaração que não haverá aumento de despesas no orçamento, o que a nosso ver não substitui a obrigatoriedade da apresentação de impacto orçamentário-financeiro, e a declaração da conformidade dos limites globais das despesas com pessoal.</u>

Portanto, manifesto pela necessidade de na propositura do projeto de lei vir acompanhando dos anexos fiscais conforme exigência da LRF.

Demais disso, cabe ressaltar que o inciso I do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 2000, visa a assegurar maior controle de despesas dessa natureza e considera nulos os atos que não atendam as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no §1º do art. 169 da Constituição.

2.2. Da Votação Prévia

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental (art. 74 do R.I.).

Na eventualidade do Poder Executivo não encaminhar informações necessárias para corrigir os vícios apontados neste parecer e a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar pela **ILEGALIDADE ou INCONSTITUCIONALIDADE** da propositura, neste caso, antes da manifestação das Comissões Temáticas, será necessária a votação prévia do Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, apenas quanto a legalidade e constitucionalidade, em conformidade com o disposto nos artigos 99 a 108 do Regimento Interno. Na hipótese do plenário acolher o parecer contrário, o projeto será arquivado, se discordar, seguirá o trâmite regimental.

O quórum para aprovação do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (apenas se manifestar pela ILEGALIDADE ou INCONSTITUCIONALIDADE) será por maioria simples, através de votação simbólica, em turno único de discussão e votação.



CNPJ 26.042.572/0001-27

Ocorrendo a emissão de parecer favorável pela à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ou na hipótese do parecer que opinou pela inconstitucionalidade/ilegalidade for **reprovado** pelo Plenário, a propositura passará pelo crivo das Comissões pertinentes.

Após a emissão dos pareceres e inclusão na ordem do dia, a propositura deverá ser votada em turno único de discussão e votação; o *quórum* para aprovação será por **maioria absoluta** (5 votos dos membros da Câmara), em conformidade com o artigo 60 da Lei Orgânica Municipal

III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, não sendo corrigidos os vícios apontados item 2.2 parecer, a Assessoria Jurídica opina no INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto Complementar de Lei 005/2020 de autoria do Executivo Municipal e pelo seu arquivamento. Inconstitucional porque é exigência da LRF a apresentação do anexo de impacto orçamentário, sendo esse dispensado apenas no aumento de gasto de pessoal decorrente da revisão anual remuneratória, e além do mais segundo nosso parecer declaração firmada no projeto em análise não substitui a necessidade dos anexos fiscais impostos pela LRF.

Importante salientar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Carneirinho, 03 de Abril de 2020.

Mário César Martins de Miranda

OAB/MG 120.140



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO CNPJ 26.042.572/0001-27



	FI	CHA DE CONTROL	E DE TRA	MITAÇÃO				
	O DE LEI		Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoa					
	MENTAR		fetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar nº 70/2018 d					
N.º: 00	05/2020	Município de Carneiri	nho e dá o	utras providências.				
ATITO	D (EC)	VOTA CÃO		DATA DE DECEDIMENTO				
	R(ES): xecutivo	VOTAÇÃO Maioria Absolu	4-	DATA DE RECEBIMENTO				
	119.200.00	ASSESSORIA JURÍDI		19/03/2020 03/04/2020				
ANALISA	ADO FELA A	Ordem Do Dia Da						
6ª Reunião	Ordinária -	20/04/2020	S) Keulla	lo(des)				
o Reumao	Ordinaria -	20/04/2020	1	0				
			/					
PRAZOS PA	RA AS COM	ISSÕES APRESENTAI	REM OS P	ARECERES Art.100 RI.				
The second second second	THE RESERVE AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE		isto do Pre					
-	. Neves Vilel	The state of the s		Catalon				
Entregue ao l	Relator em 🔏	1)/04/20 Visto do	Relator:	(44-)				
Fábio Samai				190				
Vista nos terr	mos do § 1º de	o Art. 101 RI ao Ver.						
	omissão FO e	m <u> </u>	o do Pres:	0				
Wagner Alve	Relator em	004120 Visto do	Dalatam					
	igues Marqu		Relator:	50-50				
		o Art. 101 RI ao Ver.						
Entregue à C	omissão LJRI	F em <u>20104120</u> V	isto do Pre	es: Fisher				
Ernesto C. I	Neves Vilel	a -		Acceptance				
Entregue ao l	Relator em A	104120 Visto do	Relator:	1				
Fábio Samai	rtino	,		a J				
Vista nos terr	nos do § 1º do	o Art. 101 RI ao Ver.						
	mos do Art.			Resultado da votação.				
Data		Vereador		Unanimidade				
				A favor Contra				
				Rejeitado por x				
				Arquivado				
				Com emenda sim() não ()				



CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º: 005/2020

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar nº 70/2018 do Município de Carneirinho e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Legislação, justiça e redação final.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, **CONCLUIU**: que se trata de projeto legal e constitucional.

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de abril de 2020

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Ernesto C. L. Neves Vilela	The same		
Vice-Pres.	Joaquim M. S. de Almeida	THE WAY		
Relator	Fábio Samartino	FA	>	

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de abril de 2020.

APROVADO em discussão

Carneirinho-MG, 20/04/2020.

PRESIDENTE





PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º: 005/2020

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar nº 70/2018 do Município de Carneirinho e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, DECIDIU: pela aprovação do projeto com se encontra redigido.

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de abril de 2020.

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer
D 11	NY 41 1 60	0 21	,	em anexo
Presidente	Wagner Alves da Silva	5-0	1	
Vice-Pres.	Gerson Ferrari	19Wouteren	(n	
Relator	Daniel Rodrigues Marques	Daniel		

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de abril de 2020.

APROVADO em //O/discussão. Por unanimide

Carneirinho-MG, 201 04/2020.



voto:

CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º: 005/2020

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar nº 70/2018 do Município de Carneirinho e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Legislação, justiça e redação final.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, para a **Redação Final**: Deu forma a matéria aprovada segundo a técnica legislativa.

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de abril de 2020

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

		Favoravel	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Ernesto C. L. Neves Vilela	Acres 1		
Vice-Pres.	Joaquim M. S. de Almeida	Thusburg		
Relator	Fábio Samartino			

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de abril de 2020

APROVADO em discussão.

Carneilinho-MG, 2010H /2020.

PRESIDENTE



CNPJ 26.042.572/0001-27

PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 04/2020

Dispõe sobre a abertura e extinção de vagas no quadro de pessoal efetivo, e altera os Anexos da Lei Complementar nº 70/2.018 do Município de Carneirinho e dá outras providências.

Cássio Rosa de Assunção, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam abertas as vagas constantes do Anexo I, desta Lei, no quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Carneinho, incluindo-as na Lei Complementar nº 070, de 19 de novembro de 2.018.

Art. 2° - Ficam excluídas do quadro de pessoal permanente da Prefeitura Municipal de Carneirinho as vagas dos empregos públicos efetivos constantes do Anexo II, desta Lei, excluindo-as do Anexo VIII da Lei Complementar nº 070, de 19 de novembro de 2.018.

Art. 3º - O Anexo VIII da Lei Complementar nº 070, de 19 de novembro de 2.018 será substituído pelo Anexo III, desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 070/2018.

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de abril de 2020.

Genomar Tiago de Araújo

Presidente